PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. Fábio Schiochet)

Institui o Programa Nacional de Monitoramento Integrado entre a Iniciativa Privada e o Poder Público para Fins de Segurança Pública – 'Programa Cidade Segura' – e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito da União, o **Programa**Cidade Segura, com o objetivo de ampliar a segurança pública por meio da integração voluntária de sistemas privados de videomonitoramento com os órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais.

Art. 2º - Para os fins desta Lei, considera-se:

 I – Sistema Privado de Monitoramento: estrutura de captação de imagens voltada para áreas públicas, operada por pessoa jurídica ou física;

II – Integração Operacional: o fornecimento remoto, contínuo ou sob demanda,
 das imagens captadas aos órgãos competentes de segurança pública;

III – Área Pública: ruas, calçadas, praças, fachadas externas, acessos de estabelecimentos e locais de livre circulação.







CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES E DA ADESÃO

Art. 3º - A participação no Programa Cidade Segura será facultativa, mediante cadastro do interessado em plataforma mantida ou reconhecida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Art. 4º - Compete à União, por meio do MJSP:

- I Estabelecer requisitos técnicos mínimos para os sistemas integrados;
- II Regulamentar os padrões de transmissão e armazenamento das imagens;
- III Disponibilizar e operar sistema nacional de integração com forças de segurança locais;
- IV Apoiar, por convênios, a capacitação de órgãos estaduais e municipais.
- **Art. 5º** A adesão ao Programa por pessoas jurídicas poderá ser considerada como fator positivo em processos de obtenção de benefícios fiscais federais, linhas de crédito públicas e editais de fomento.

CAPÍTULO III

DO SIGILO, USO DAS IMAGENS E RESPONSABILIDADES

- Art. 6º As imagens fornecidas por meio do Programa Cidade
 Segura serão de uso exclusivo das autoridades de segurança pública para:
- I Prevenção de crimes e infrações;
- II Ação emergencial ou repressiva em curso;
- III Investigação criminal, mediante requisição formal.







Art. 7º - É vedado:

- I Compartilhar imagens com terceiros não autorizados;
- II Utilizar imagens para fins políticos, comerciais ou alheios à segurança pública.
 - Art. 8º O uso indevido das imagens ensejará:
- I Cancelamento imediato da integração;
- II Responsabilização civil, administrativa e penal nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV

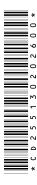
DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 9º A União poderá celebrar convênios e parcerias com entes federativos, universidades e empresas privadas de tecnologia para ampliar a eficiência do Programa.
- Art. 10º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias a contar da sua publicação.
 - **Art. 11º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A segurança pública é uma das maiores preocupações da sociedade brasileira. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 47.508 mortes violentas intencionais em 2022, o equivalente a uma média de 130 mortes por dia. Embora o número







represente uma leve queda em relação aos anos anteriores, ainda se mantém em níveis alarmantes para uma nação democrática.

Ao mesmo tempo, o país vive um déficit crônico de policiamento ostensivo, sobretudo em áreas periféricas e regiões de grande extensão territorial. Nesse contexto, a adoção de tecnologias de monitoramento urbano surge como uma ferramenta eficaz de prevenção, dissuasão e resposta a delitos, especialmente quando aliada a estratégias integradas de gestão de segurança.

Diversas cidades brasileiras já vêm colhendo bons resultados com modelos de integração entre o poder público e a iniciativa privada. Joinville, a maior cidade do meu estado de Santa Catarina, por exemplo, implementou o programa "Joinville Sempre Alerta", que já contabiliza mais de 1.700 câmeras instaladas em pontos estratégicos da cidade. O município também estabeleceu parcerias com empresas privadas, que passaram a compartilhar imagens de suas câmeras externas com a central de monitoramento da Prefeitura e das forças de segurança locais. A medida já contribuiu para a elucidação de crimes e maior rapidez no atendimento de ocorrências, segundo dados divulgados pela própria administração.

Esse tipo de cooperação já é explorado em outros países, como Estados Unidos, Reino Unido e Israel, onde as cidades utilizam redes mistas de videomonitoramento — públicas e privadas — como forma de ampliar a vigilância em tempo real, com menor custo para os cofres públicos.

A proposta aqui apresentada visa criar um marco legal para que, em âmbito federal, o Brasil possa implementar um programa semelhante, com base em diretrizes técnicas, garantias de privacidade e incentivo à participação cidadã.

Dentre os principais benefícios esperados, destacam-se:







- Aumento da cobertura de vigilância em áreas públicas;
- Redução de custos operacionais com a segurança pública;
- Melhoria da eficiência policial na resposta a crimes;
- Fortalecimento do vínculo entre Estado e sociedade civil;
- Estímulo à cultura de prevenção e vigilância solidária.

Vale ressaltar que o projeto não obriga nenhum ente federativo ou cidadão a aderir ao sistema, mantendo o caráter **voluntário e colaborativo da iniciativa**. As imagens compartilhadas devem se restringir a áreas públicas e seu uso será **exclusivo para fins de segurança pública**, sob pena de responsabilização civil, administrativa e criminal em caso de desvio de finalidade.

A presente proposta se alinha ao disposto no **art. 144 da Constituição Federal**, que estabelece a segurança pública como dever do

Estado e direito de todos, e reconhece a necessidade da **ação conjunta dos entes federativos, órgãos públicos e sociedade civil** para sua efetivação.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto de lei, como medida concreta e viável para fortalecer a segurança, a cooperação e o uso inteligente da tecnologia no combate à criminalidade em nosso país.

Sala das Sessões, 26 de março de 2025.

FÁBIO SCHIOCHET Deputado Federal – UNIÃO/SC



